

# ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A CIDADE DE BAGUNTE – VILA DO CONDE

Carlos A. Brochado de Almeida<sup>1</sup>  
Pedro Brochado de Almeida<sup>2</sup>

## RESUMO:

A cidade de Bagunte é a mais divulgada estação arqueológica do concelho de Vila do Conde. Localizada num monte com ótima visibilidade para os territórios situados a norte e a sul do rio Ave, mereceu, já na ponta final do século XIX, o interesse de arqueólogos como Ricardo Severo e Martins Sarmiento e na década de 40 da centúria seguinte de F. Russel Cortez. Sobretudo este realizou, ali, algumas campanhas de escavações que puseram a descoberto um misto de construções castrejas e romanas, distribuídas por espaços ortogonais que têm já a chancela da influência romana na região. A reorganização urbana do povoado aconteceu na segunda metade do século I, com a dinastia Flávia. No espólio recolhido e conservado merece destaque o conjunto de cinco torques de prata e um razoável número de fragmentos cerâmicos de origem indígena (castreja) e romana.

**Palavras-chave:** Cidade; Cultura castreja; dinastia Flávia; Romanização; Urbanismo ortogonal; torques; Núcleos habitacionais; Quarteirões/bairros

## ABSTRACT:

The Cidade of Bagunte is the most publicized archaeological site of the municipality of Vila do Conde. Located on a mound with great visibility over the territories to the north and south of the Ave River it called the attention and interest of various archaeologists such as Ricardo Severo and Martins Sarmiento, in the end of the 19<sup>th</sup> century, and F. Russell Cortez in the 40's of the next century. F. Russell Cortez organized digging campaigns at the site that uncovered a mixture Castrejo and Roman type buildings and structures, distributed by orthogonal spaces that already have the seal of a Roman influence in the region. The urban reorganization of the town happened in the 2<sup>nd</sup> half of the century, with the Flavian dynasty. Many archaeological remains were uncovered such as a set of five silver torques and a reasonable number of ceramic fragments of indigenous (Castrejo) and Roman origin.

**Keywords:** City; Castro culture; Flavian dynasty; Romanization; Orthogonal urbanism; Torques; housing units; Blocks / neighborhoods

A cidade de Bagunte está situada na parte norte do concelho de Vila do Conde, numa elevação de terreno que ronda os 200m de altitude, num espaço geográfico que está delimitado pelo rio Este a norte, pelo rio Ave a sul e a oeste, só que mais distante, pelo oceano atlântico. Faz parte de um vasto leque de povoações da Idade do Ferro do Noroeste Peninsular, algumas delas situadas na sua periferia – Cidade de Terroso, Laúndos, Castro de São João, Castro de Ferreiró, Castro Boi, Castro de S. Paio, Castro de Santa Marinha de Retorta e Castro de Alvarelhos – as quais, pelos mais diversos motivos, têm merecido a atenção dos investigadores desta área do conhecimento científico.

---

<sup>1</sup> Professor Aposentado da FLUP. ISMAI/CETRAD.

<sup>2</sup> Arqueólogo da CMVC.

À imagem doutras estações arqueológicas - nomeadamente Briteiros, Sabroso, Santa Luzia, Terroso, Alvarelhos - também esta captou a atenção dos arqueólogos na ponta final do século XIX, pois em todas elas foram feitas algumas das primeiras intervenções arqueológicas em estações da Idade do Ferro desta região. Foi delas que saíram as primeiras referências documentais, baseadas nos materiais recolhidos em sondagens, avulsas ou mais sistematizadas, que ajudaram a tipificar uma das mais pujantes culturas ibéricas à data da conquista romana, aquela que prontamente foi batizada de Cultura Castreja.

Que a cidade de Bagunte foi uma importantíssima povoação da Idade do Ferro desta parte da *Gallecia* meridional, que integrou o território dos *Bracari* e que desempenhou um papel preponderante nas ligações entre as diversas etnias que povoavam a região situada entre o Douro e o Cávado, é matéria que ninguém coloca em causa devido ao conhecimento que sobre este habitat existe. Aliás, o conhecimento da sua existência é muito anterior ao das primeiras pesquisas com chancela de pesquisa arqueológica sistemática.

A mais antiga referência bibliográfica de que há notícia sobre este castro data de 971 e faz parte de um documento pré-nacional inserido na coletânea dos *Diplomata et Chartae*. Neste diploma, a propósito de uma propriedade localizada na *villa Gacim*, toma-se como referência um “*subtus monte Bogonte*”<sup>3</sup>, que mais não é que a cidade de Bagunte<sup>4</sup>. Aliás, a menção a *civitas* só aparece mais tarde, num outro documento, este de 1028 e também onde há uma referência posicional à herdade de *Gacin*: “*de illa ereditate in villa Gacin ad radice civitas Bogonti*”<sup>5</sup>.

O interesse documental pelo monte da cidade não se esgota, todavia, no castro em si. É que, de um certo modo, ligado a ele está Argifonso, um pequeno castro, que também foi castelo, localizado na vertente norte do monte da cidade. Está situado no topo de um cabeço orientado para o vale do rio Este e foi de tal modo importante que a documentação o tomou como ponto de referência de uma forma bem explícita: “*subtus mons kastro Argifonsi*”<sup>6</sup>.

Também e à imagem de outros povoados, os séculos obscureceram um passado cheio de vida e de tradições e quando, esporadicamente, voltavam a ser recordados, nem sempre o foi pelos melhores motivos. Falava-se deles porque eram locais a evitar, porque davam guarida a toda a sorte de entidades malélicas, sem descurar mouros e mouras encantadas e que serviam até para guardar tesouros encantados. Ora como não podia deixar de ser, também o monte da cidade de Bagunte e o seu entorno não escaparam a esta sedução, bem típica, aliás, do imaginário minhoto.

Vários foram os autores que se referiram à crença popular de que havia um “*caminho coberto*” entre a cidade, o castro de Argifonso e o rio, já para não falar do “*penedo do gato*” e de um outro, localizado na vertente meridional do monte da cidade, na proximidade da antiga estrada da Póvoa de Varzim para Famalicão, todos eles com histórias para contar a aferrados discípulos de São Cipriano<sup>7</sup>.

Apesar da sua importância, esta povoação da Idade do Ferro esteve longe, mesmo na Idade Média, de ser a única entidade conhecida pelos moradores das terras situadas no entorno do monte. Uma leitura, mesmo que superficial, das Inquirições que D. Afonso III ordenou em 1258 à freguesia de Santa Maria de Bagunte, mostra que havia antas, pelo menos em dois sítios – Outeiro da Anta e Vilar da Anta -, *mormoriais* e que a travessia do rio se fazia em barco, já para não mencionar a ponte de D. Zameiro junto da qual havia uma ermida dedicada a Santa Cruz<sup>8</sup>.

Os séculos rodaram e o interesse pelas ruínas do monte da cidade, parcialmente visíveis, só voltou à ribalta documental no início do século XVIII, quando o P.e Carvalho da Costa escreveu a sua corografia. Sobre elas, o parágrafo que ele lhe dedicou é bem explícito e dispensa qualquer tipo de

<sup>3</sup> PMH, DC, doc. CIII.

<sup>4</sup> Desde 1978 que está provado que a palavra “monte” tem na documentação medieval portuguesa o sentido aparentado ao de “castro”. Cfr. ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho*, trabalhos complementar de dissertação de provas de doutoramento, policopiado, Porto, 1978, pág. 7.

<sup>5</sup> PMH, DC, doc. CCLXV.

<sup>6</sup> ANTT, Junqueira, m. II, doc. 21 e 23.

<sup>7</sup> SEVERO, Ricardo; CARDOSO, Artur, *Notícia Arqueológica sobre o Monte da Cidade*, in Revista de Guimarães, Vol. III, Guimarães, 1886, pág. 137-141; SARMENTO, F. Martins, *Antiqua, Apontamentos de Arqueologia*, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 1999, pág. 290-291.

<sup>8</sup> PMH, Inquisitiones 1258, pág. 1420.

comentário, já que alia o aspeto lendário à realidade arqueológica existente à data. Por outras palavras, o autor refere-se ao castro/castelo de Argifonso, à cidade e às lendárias ligações subterrâneas que haveria entre si: “*junto do rio Deste acima da Ponte de Arcos estão vestígios de fortificação, que se comunicava por estradas encubertas com outra mayor no alto do monte, a que inda chamão a cidade, & as ruínas mostram qual seria sua fortaleza*”<sup>9</sup>.

Muito mais parco em referências ao sítio foi a abade Luís Ferreira Caldas, pároco de Santa Maria de Bagunte, relator das Memórias Paroquiais de 1758. Na sua dissertação sobre a freguesia limita-se simplesmente a dizer que o monte mais alto da terra “*se chama o da Cidade*”, que sobre o rio Ave havia uma ponte<sup>10</sup> “*na estrada que vai para Viana e mais terras do Norte*”, mas não faz qualquer alusão às tão propaladas ruínas<sup>11</sup>. Bastante mais elucidativo foi Pinho Leal quando abordou no seu dicionário corográfico o que de mais relevante havia na freguesia de Santa Maria de Bagunte. Segundo ele, ali havia “*um alto monte chamado da Cidade que é tradição antiquíssima ter sido cidade e fortaleza dos mouros*”<sup>12</sup>.

Coevo destas notícias é o interesse de Ricardo Severo e de Fonseca Cardoso pelo Monte da Cidade. Ambos eram membros da “*Sociedade Carlos Ribeiro*”, uma agremiação cultural fundada no Porto em 1887 e que se interessava pelo estudo da arqueologia. Desta sociedade faziam parte nomes do universo arqueológico nortenho de então, como Rocha Peixoto e com ela colaboraram homens como F. Martins Sarmiento.

O interesse de Ricardo Severo pelo estudo da cidade entende-se porque a sua família possuía uma quinta na base do monte, junto à estrada Porto-Rates-Barcelos, que ele naturalmente visitaria antes de iniciar as suas primeiras sondagens no topo do monte. É hoje uma propriedade que faz parte do espólio dos Padres Monfortinos em Portugal e que administrativamente pertence à freguesia de São Simão da Junqueira. Aliás, não foge à regra de então. Martins Sarmiento interessou-se pela Citânia de Briteiros devido à proximidade da sua casa de família, o solar da Ponte na freguesia de São Salvador de Briteiros. Rocha Peixoto era natural da Póvoa de Varzim, daí o seu interesse pela arqueologia envolvente, mormente pelo Castro de Terroso, cujas escavações dirigiu conjuntamente com José Fortes<sup>13</sup> que também tinha estado envolvido nas primeiras sondagens do Castro de Alvarelhos no ano de 1899<sup>14</sup>.

A atividade arqueológica desenvolvida pela dupla de investigadores na Cidade de Bagunte, devido ao seu entrosamento no meio científico, haveria de despertar o interesse de outros investigadores, como F. Martins Sarmiento, J. Leite de Vasconcelos e Mendes Corrêa. Não sabemos se a primeira intervenção feita no castro por Ricardo Severo é temporalmente afim à visita que aí fez Martins Sarmiento, mas é bem provável que uma das realidades esteja associada à outra.

Numa carta enviada a 16 de Agosto de 1883 por Martins Sarmiento a J. Leite de Vasconcelos, este informava que indo para a Póvoa de Varzim pretendia visitar o monte da Cidade de Bagunte onde lhe diziam haver vestígios arqueológicos melhor conservados que os que se viam em Terroso. Que a visita se fez não há qualquer dúvida, pois a carta que ele enviou com data de 19 de Setembro desse mesmo ano descreve o que ali viu, concluindo que, tanto Terroso como Bagunte, eram semelhantes a Laúndos<sup>15</sup>. Aliás, nos apontamentos que deixou e que mais tarde viriam a ser publicados pela Sociedade com o seu nome, Martins Sarmiento informa que no dia 6 de Agosto daquele ano estava junto a Bagunte, em Casal Pedro, onde pretendia recolher informações acerca das antiguidades que havia entre o Ave e Cávado<sup>16</sup>. Que este investigador subiu ao topo do monte, não restam dúvidas pois ele é bem claro quando informa que junto ao marco geodésico havia um moinho de vento arruinado e que junto dele

<sup>9</sup> COSTA, P.e Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, T. I, Lisboa, 1706, pág. 321-322.

<sup>10</sup> Ponte de D. Zameiro.

<sup>11</sup> CAPELA, José Viriato et alii, *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, 2009, pág. 711-713.

<sup>12</sup> LEAL, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Vol.1, Lisboa, 1873, pág. 307.

<sup>13</sup> GOMES, José Manuel Flores; CARNEIRO, Deolinda, *Subtus Montis Terroso*, Póvoa de Varzim, 2005, pág. 99.

<sup>14</sup> FORTES, José T. R., *A estação archeologica d'Alvarelhos*, Typografia Central, Porto, 1899.

<sup>15</sup> VASCONCELOS, J. Leite de, *Extractos da correspondência de F. Martins Sarmiento (1881-1883)*, in *O Archeólogo Português*, Vol. VI (1-2), Lisboa, 1885, pág. 46-47.

<sup>16</sup> SARMENTO, F. Martins, *Antiqua, Apontamentos de Arqueologia*, Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães, 1999, pág. 254.

se estava “*no centro da cidade*”. Finalmente que o monte também recebia o nome de facho e que este talvez fosse a “*mamoia gorda*” de que falavam os pescadores poveiros<sup>17</sup>.

A visita de F. Martins Sarmiento ao cimo do monte da cidade data de meados de 1883 e fácil será de admitir que a relação que ele tinha com Ricardo Severo e demais membros da *Sociedade Carlos Ribeiro* os tenha juntado, na quinta do primeiro, antes da digressão arqueológica. Pode também não ter sido assim e Martins Sarmiento ter-se socorrido de outros companheiros de aventura, mas o certo é que, três anos depois, em 1886, Ricardo Severo e Artur Cardoso assinavam a notícia da primeira intervenção arqueológica que ali tinham feito um ano antes, enviada precisamente para a Revista de Guimarães fundada e dirigida por aquele investigador vimanarense, o mesmo que acrescentou um pequeno comentário sobre o potencial arqueológico que havia nem torno da cidade.

O pequeno artigo começa por localizar a cidade, precisando que esta se situa a uma altitude de 197m e que o cimo é uma espécie de pequeno planalto “*enrugado por montículos*”. Foi precisamente num destes montículos que eles abriram uma vala, sem definição de comprimento, mas com 50cm de profundidade. Foi dela que extraíram cerâmica que eles consideraram ser igual à do castro de Sabroso, portanto castreja e que muitos destes fragmentos haviam sido fabricados com a roda de oleiro e que muitos dos bocados, incluindo fundos planos, apresentavam sinais de utilização ao fogo. Entre todo o material individualizavam, pela raridade, um cossoiro<sup>18</sup>.

Terá sido esta investigação que contribuiu de forma decisiva para a classificação, em 16 de Junho de 1910<sup>19</sup>, da Cidade de Bagunte com Monumento Nacional. Facto meramente curioso é o desta classificação ter sido decretada ainda durante o período da monarquia que viria a ser deposta a 5 de outubro do mesmo ano.

Seguiu-se a visita de Mendes Corrêa. Este antropólogo, que foi fundador do museu que leva o seu nome e se encontra no edifício da Reitoria da Universidade do Porto, menciona a sua passagem pela Cidade de Bagunte num relatório que tem a data de 18 de Fevereiro de 1950. Nele escreveu que tinha ali estado em 1915 e ali tinha realizado “*algumas sumárias sondagens e visitado as ruínas anteriormente exumadas por R. Severo e Fonseca Cardoso*”<sup>20</sup>.

À imagem de tantos outros sítios, também a Cidade de Bagunte resvalou para o esquecimento após esta primeira tentativa de reabilitação patrimonial. Assim aconteceu até ao começo da década de 40 do século XX, altura em que Fernando Russel Cortez, à data delegado da Junta Nacional da Educação em Vila do Conde, voltou a movimentar o interesse arqueológico pelo sítio. Para isso muito terá contribuído um mecenas local, então presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde e que vivia em Vilarinho, Macieira da Maia, praticamente às cavaleiras da ponte de D. Zameiro, sobre o rio Ave. Chamava-se Bento de Sousa Amorim, era senhor de uma vasta fortuna, o que lhe permitiu contribuir com importância de 14.000\$00 para que as escavações se realizassem<sup>21</sup>.

Não sabemos, verdadeiramente, quando a intenção de retomar a investigação na Cidade de Bagunte foi equacionado, mas a ajuizar pelas missivas trocadas, este deverá ter sido retomado em 1943, já que, a 28 de Fevereiro de 1944, tinha havido um despacho ministerial favorável a tal intenção. Foi no seguimento deste despacho que Russel Cortez informou a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) que “*a exploração metódica da Cidade de Bagunte*” tinha começado no dia 17 de Julho de 1944<sup>22</sup>. Antes, em 21 de Junho, por altura da preparação dos trabalhos, o arqueólogo

<sup>17</sup> SARMENTO, F. Martins, *Antiqua, Apontamentos de Arqueologia*, Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães, 1999, pág. 263.

<sup>18</sup> SEVERO, Ricardo; CARDOSO, Artur, *Notícia Arqueológica sobre o Monte da Cidade*, in Revista de Guimarães, Vol. III, Guimarães, 1886, pág. 137-141.

<sup>19</sup> Decreto de 16.6.1910.

<sup>20</sup> Arquivo da DGEMN – Cidade de Bagunte.

<sup>21</sup> Arquivo da DGEMN – Cidade de Bagunte.

<sup>22</sup> Arquivo da DGEMN – Cidade de Bagunte. A campanha deste ano está devidamente assinalada numa das plantas que posteriormente o arqueólogo enviou à DGEMN.

responsável informava a DGEMN que o proprietário da parcela onde as escavações se iriam realizar queria ser indemnizado dos prejuízos futuros, por força do local ficar improdutivo.

Os trabalhos desta primeira intervenção duraram pouco mais que um mês, porque no dia 21 de Agosto, Russel Cortez informava a DGEMN que o subsídio atribuído por Bento de Amorim se havia esgotado e ele desconhecia o montante que o Ministério das Obras Públicas iria atribuir aos trabalhos. Lamentava ainda não poder estar presente quando os proprietários das bouças procedessem à venda da madeira, porque temia pela conservação das ruínas<sup>23</sup>. Os trabalhos realizados nesse ano mereceram honra de notícia num dos jornais diários de maior expansão nacional, pois o *O Século* de 22 de Agosto desse mesmo ano escrevia que a intervenção arqueológica na cidade tinha sido um sucesso, porque “*aturadas escavações*” tinham revelado “*a existência de uma antiquíssima povoação*”<sup>24</sup>.

Embora não haja uma publicação oficial dos resultados desta campanha, tudo indica que Russel Cortez elaborou um relatório que foi enviado à entidade que então tutelava a investigação arqueológica em Portugal. No dia 4 de Janeiro de 1945 a 2ª Sub-Secção da 6ª Secção da Junta Nacional da Educação incumbia o seu delegado em Vila do Conde, Russel Cortez, a prosseguir com os trabalhos na Cidade de Bagunte, sob a orientação do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, visto que “*os resultados obtidos nesta primeira campanha podem qualificar-se de notáveis*”<sup>25</sup>. Rematava este relatório com uma chamada de atenção para o facto da primeira campanha ter tido somente o apoio pecuniário de Bento de Amorim, pelo que se propunha que a DGEMN solicitasse os bons officios do Comissariado do Desemprego na atribuição de um subsídio que permitisse a continuidade dos trabalhos.

A dinâmica empregue no primeiro ano da campanha de Russel Cortez não encontrou a necessária correspondência em 1945, segundo se depreende de uma exposição que o mesmo enviou à DGEMN no dia 8 de Fevereiro de 1946. De acordo com o citado texto, no ano de 1945 não havia sido possível imprimir “*o ritmo aconselhável aos trabalhos em curso*” por motivo de não ter chegado atempadamente a comparticipação pecuniária<sup>26</sup>. Por isso, naquele ano, havia-se limitado a fazer pequenas obras de limpeza e de arrumo de materiais saídos da área escavada e que impediam uma leitura do sítio. Aproveitava o ensejo para expor algumas das preocupações mais prementes e evidentes, aquelas que mais atentavam contra a integridade da estação arqueológica.

Referia, em primeiro lugar, o facto de se continuar a “*confeccionar carvão na área melhor conservada das ruínas*” e como se isso não bastasse continuava-se, sem qualquer critério, a abater árvores, a rachar lenha, a arrancar trêpos e a circular com carros de bois. Tudo isto somado causava irreparáveis danos nas ruínas, tanto mais que os prevaricadores disfarçavam as covas com “*terriço e musgo*”. Por isso e para evitar males maiores propunha que se procedesse à expropriação dos terrenos<sup>27</sup> de uma área circunscrita a 250m de raio a partir do “*buraco na rocha que serviu para segurar a antiga vara do telégrafo*” e que se abrisse um caminho de acesso às ruínas<sup>28</sup>.

O apoio estatal às escavações na cidade previsto para 1945 só chegou no ano seguinte, pois a 8 de Março de 1946, o Comissariado do Desemprego informava a DGEMN que, por portaria, havia sido concedida uma comparticipação de 18.000\$00 destinada ao “*prosseguimento das escavações na Cidade de Bagunte, em Vila do Conde*”, razão pela qual os responsáveis teriam de proceder ao recrutamento do pessoal, a estabelecer um caderno de encargos e a comunicar, com 15 dias de antecedência, a data do começo dos trabalhos<sup>29</sup>. Estes começaram a 7 de Agosto daquele ano, mas antes, a 4 de Junho, Russel Cortez enviou o solicitado caderno de encargos no qual se comprometia a escavar

<sup>23</sup> Arquivo da DGEMN – Cidade de Bagunte.

<sup>24</sup> *O Século*, 22/8/1944.

<sup>25</sup> Arquivo da DGEMN – Cidade de Bagunte

<sup>26</sup> Previa-se uma verba entre 15 e 20.000\$00. Cfr. Arquivo da DGEMN – Cidade de Bagunte.

<sup>27</sup> Naquela data eram proprietários das parcelas afetadas os senhores António Capela, do lugar dos Corvos, freguesia de Bagunte; António Torres, do lugar do Castelo, freguesia de Arcos; Manuel Ferreira Lopes Marafona, de Casal Pedro, freguesia de São Simão da Junqueira; Amadeu Faria, de Casal Pedro, freguesia de São Simão da Junqueira e Dr. Gonçalves Costa, freguesia de Balazar, concelho da Póvoa de Varzim.

<sup>28</sup> Arquivo da DGEMN – Cidade de Bagunte.

<sup>29</sup> Arquivo da DGEMN – Cidade de Bagunte.

cuidadosamente todas as terras, recolhendo todos os materiais à razão de 100\$00 o metro cúbico, a consolidar as paredes pelo valor de 150\$00 o metro cúbico e a fornecer todos os materiais de escavação e de conservação, bem como o seguro dos operários, sem outros encargos mais para o Estado<sup>30</sup>.

Até ao início de 1948 não voltamos a encontrar notícias sobre esta estação arqueológica, razão que leva a presumir que durante o ano de 1947 não tenha havido trabalho de monta no castro, não por falta de vontade do arqueólogo em continuar os trabalhos, mas porque, nem privados, nem o Estado, disponibilizaram verbas para o efeito. Essa ideia só voltou a ser equacionada a 20 de Setembro de 1949, quando o arquiteto Raul Lino, à altura diretor dos Serviços da DGEMN, enviou uma lista de monumentos de Vila do Conde que necessitavam de obras de restauro. Nela estava a Cividade de Bagunte. De acordo com esta diretiva ali deveriam ser gastos 18.000\$00 nos seguintes itens: escavação e arrumação de terras; consolidação de estruturas dentro da muralha; consolidação dos vários troços de muralha e transporte dos entulhos para fora da área de proteção<sup>31</sup>.

A intenção de Raul Lino não passou disso mesmo, talvez porque a DGEMN não deveria ter fundos suficientes e uma nova comparticipação do Fundo do Desemprego não parecia ser viável, como posteriormente se veio a comprovar, porque, como o reconhecia Russel Cortez, havia o espartilho da lei. Por seu lado a Câmara Municipal, através do seu presidente Bento de Amorim, em ofício de 11 de Novembro de 1950, mostrava-se disponível para construir uma estrada de acesso à cidade desde que o Estado expropriasse os terrenos e promovesse a investigação. Estariam também na disposição de auxiliar financeiramente os trabalhos arqueológicos, na condição do poder central também o fazer e de nomear um guarda permanente para sítio. Caso contrário não estava “*disposto a colaborar, por considerar inútil gastar-se dinheiro sem possibilidade de defeza das obras realizadas*”<sup>32</sup>. Desde o começo da campanha de Russel Cortez, em prol da Cividade de Bagunte, que ele lutou contra a falta e a intermitência do financiamento, contra a inconsciência de certos agentes para com as ruínas e pela definição de uma área de protegesse juridicamente a área do antigo habitat.

A luta contra as tropelias praticadas, consciente e inconscientemente, no povoado começaram no preciso momento em que as escavações arqueológicas se iniciaram. Já nessa altura Russel Cortez se queixava do arranque e corte de árvores, do fabrico de carvão, no trânsito de carros de bois na área já escavada e depois da replantação de eucaliptos. Por exemplo a 8 de Junho de 1949 ele queixava-se, num relatório enviado ao Ministério da Educação, que na gleba pertencente a Manuel Gonçalves Costa os estragos eram elevados, pois o corte de um grande eucalipto tinha destruído uma das casas circulares feitas “*de barro ou adobe*”. Ainda e segundo o referido relatório, o mesmo proprietário havia “*recoberto de terra certos elementos do interior das casas, dos restos de fornos, pilares e colunas de sustentação de telhados, pavimentos barro endurecido*”. Como se não bastasse foi retirado do lugar “*um pilar decorado com rosetas exifólias*”<sup>33</sup>, *mós de moinho que estavam encastradas em paredes e, muita pedra*”. Foram estes os motivos que estão na base de uma comunicação da Repartição do Património do Ministério das Finanças à DGEMN, datada de 12 de Dezembro de 1949 e na qual esta informava que havia solicitado à Câmara Municipal, na sua qualidade de autoridade policial naquele concelho, que “*tomasse as providências para que os proprietários e outros não danifiquem as ruínas a descoberto*”<sup>34</sup>.

No ano seguinte, em 1950, a destruição da cidade continuava na ordem do dia e de tal modo que a Câmara Municipal, na impossibilidade de contratar um guarda permanente, arranjou como solução alternativa encarregar um proprietário local para vigiar o local. Esta ideia não viria a dar resultados práticos, como aliás o viria a reconhecer, em Agosto de 1950, o diretor geral da DGEMN.

<sup>30</sup> Arquivo da DGEMN – Cividade de Bagunte.

<sup>31</sup> Arquivo da DGEMN – Cividade de Bagunte.

<sup>32</sup> Arquivo da DGEMN – Cividade de Bagunte.

<sup>33</sup> É certamente a pedra apresentada por Calo Lourido no seu estudo sobre a plástica castreja. Cfr. CALO LOURIDO, Francisco – *A Plástica da Cultura Castreja Galego-Portuguesa, Vol. I, Museo de Pontevedra, Pontevedra, 1994, pág. 112-114.*

<sup>34</sup> Arquivo da DGEMN – Cividade de Bagunte.

Sentindo-se manietado pela situação criada, Russel Cortez sugeria que caso a expropriação não avançasse com a necessária celeridade, que ao menos os proprietários fossem avisados das penalidades em que incorriam sempre que danificassem as ruínas arqueológicas postadas nos seus terrenos.

As escavações arqueológicas dirigidas por Ricardo Severo e posteriormente por Russel Cortez foram sempre feitas em terrenos privados, pois o Estado ou a Câmara Municipal nunca avançaram com um processo de compra amigável e muito menos com um processo de expropriação, embora tivesse havido pressões e indicações nesse sentido, por parte de algumas entidades.

Russel Cortez por mais que uma vez sugeriu a expropriação e chegou mesmo a indicar uma área, todavia nunca conseguiu que se passasse das intenções aos atos. Contudo, depois de tanta insistência, à qual a Câmara Municipal não foi alheia, a Repartição do Património do Ministério das Finanças ordenou que se estudasse uma área de proteção da Cidade de Bagunte e que se especificasse quais as parcelas que mais interessavam ao prosseguimento das escavações arqueológicas, com a finalidade do Estado as adquirir. Definidas e delimitadas, totalizavam uma área de 75.915m<sup>2</sup><sup>35</sup>. Como não podia haver uma área a expropriar e uma outra destinada à proteção do monumento sem haver uma planta topográfica credível, foi contratado o Agente Técnico de Engenharia Civil José Maria de Sousa, do Porto, para a elaborar na escala 1/500, pela quantia de 7.500\$00. Esta abrangia uma área de 23.274 hectares inscritos num círculo com 600m de diâmetro<sup>36</sup>.

Terão sido estes relatos de abandono e de constante destruição das ruínas arqueológicas que estarão na base da criação de uma Zona Especial de Proteção (ZEP) das mesmas, em 1950<sup>37</sup>. Procurava-se, desta forma, materializar em planta a área que deveria ser alvo de proteção legal acrescida, na esperança que tal travasse o ritmo de destruição.

Que os terrenos nunca foram expropriados pelo Estado Central é um facto comprovado. Mas também é sabido que, em 1986, a Secretaria de Estado da Cultura não exerceu o seu direito de preferência sobre uma das parcelas que então se encontrava à venda. A cedência dos direitos do Estado assentaram num parecer negativo da sua auditoria jurídica, que foi corroborado por um outro oriundo do Departamento de Arqueologia<sup>38</sup>.

As notícias posteriores à década de cinquenta sobre a Cidade de Bagunte continuaram e nem sempre pelos melhores motivos. Algumas das vezes foram agitadas pela imprensa diária. Por exemplo, em 1964, como reação a uma notícia saída num periódico, a secção norte da DGEMN admitia que a cidade se encontrava sem manutenção, repleta de vegetação que tinha crescido e desenvolvido após a paragem das escavações. Mais explicitamente informava que a limpeza podia fazer-se com uns meros 5.000\$00, só que havia o contratempo dos terrenos serem privados. Finalmente, em 1982, foi a vez do então Presidente da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Francisco Sande Lemos, informar o Instituto Português do Património Cultural (IPPC) que a Cidade de Bagunte se encontrava sujeita a uma série de vandalizações, incluindo escavações clandestinas, de permeio com a destruição do património, aos quais urgia por cobro. Para o efeito sugeria que fosse estabelecido um protocolo de colaboração com o Ministério da Administração Interna para que a Guarda Nacional Republicana (GNR) pudesse deslocar-se ali em patrulhas de vigilância<sup>39</sup>.

Os anos andaram e só com a constituição do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal e da APPA-VC<sup>40</sup> é que se começaram a procurar soluções para a Cidade de Bagunte. Através de acordos pontuais com os proprietários conseguiu-se proceder à limpeza das ruínas postas a descoberto por Russel Cortez,

---

<sup>35</sup> De acordo com o arquivo d DGEMN elas eram dos seguintes proprietários: José Ferreira da Costa com 38.352m<sup>2</sup>; Amadeu Faria com 27.162m<sup>2</sup> e a António Capela com 10.400m<sup>2</sup>.

<sup>36</sup> Arquivo da DGEMN – Cidade de Bagunte.

<sup>37</sup> D.G., 2ª Série, nº 69, de 24-3-1950.

<sup>38</sup> O terreno acabou por ser adquirido por João Ferreira Gonçalves da Costa.

<sup>39</sup> Arquivo da DGEMN – Cidade de Bagunte.

<sup>40</sup> O Gabinete foi constituído em 1992. A APPA-VC é uma associação cultural vocacionada para a defesa e divulgação do património arqueológico concelhio.

travou-se a proliferação das árvores, mormente dos eucaliptos, cortaram-se aquelas que estavam a danificar seriamente as estruturas, valorizou-se o caminho de acesso para visitas pedonais e criou-se informação bilingue distribuída por placares colocados junto dos locais mais significativos. Mais recentemente, 2009, estabeleceu-se um programa de cooperação com a *University of Texas at Austin* (EUA) que resultou no reinício das intervenções arqueológicas, num espaço próximo àquele que foi escavado por Russel Cortez, mas ainda não tocado<sup>41</sup>. O trabalho desenvolvido pelo Município de Vila do Conde teve sucessos mais recentes, 2015, que se materializam na integração da Cidade de Bagunte na rede de Castros do Noroeste Peninsular e na aquisição de um conjunto muito significativo de terrenos, num total de quase 18ha. Entre os terrenos adquiridos encontra-se todo o espaço onde se incluem as ruínas escavadas nos séculos XIX, XX e XXI.

As escavações realizadas por Ricardo Severo e depois por Russel Cortez incidiram sobre o topo da colina. Puseram a descoberto uma série de estruturas, permitiram recolher uma série de materiais arqueológicos que foram depositados no Museu de Antropologia da Universidade do Porto e no antigo Museu do Douro Litoral<sup>42</sup>, mas não produziram qualquer estudo científico consistente, porque, salvo algumas informações dispersas e parcas, nunca os autores publicaram qualquer estudo monográfico sobre o sítio. Russel Cortez ainda prometeu escrever uma memória circunstanciada, mas que não passou da intenção<sup>43</sup>.

A falta de informação precisa sobre este sítio não impediu que a estação arqueológica fosse sucessivamente recordada, sobretudo, por causa dos materiais arqueológicos que as campanhas feitas por Russel Cortez depositaram no Museu de Antropologia da Universidade do Porto. Uma outra fonte de referências aos materiais arqueológicos da Cidade de Bagunte provém dos seus torques em prata<sup>44</sup>.

O conjunto é composto por cinco peças, sendo que um é uma bracelete e os restantes quatro são colares rígidos. O seu centro produtor levanta muitas dúvidas, não por força das suas tipologias, antes por causa da prata. Por esse motivo, há quem avente a hipótese da sua origem ser mediterrânica, precisamente porque os torques de tradição castreja são fabricados em ouro e não em qualquer outro tipo de matéria-prima. Tal facto não invalida, obviamente, que eles tenham sido trazidos para Bagunte como parte integrante do espólio familiar de alguém que possa ter participado, por exemplo, nas campanhas militares que se desenrolaram no centro e sul da península durante os consulados de Décimo Júnio Bruto, Sertório e Júlio César<sup>45</sup>, à imagem de outras peças encontradas noutras estações arqueológicas nortenhas<sup>46</sup>.

A primeira notícia desta descoberta surgiu em 1948 pela mão do próprio Russel Cortez<sup>47</sup> para ser reafirmada, em 1951, pelo arqueólogo galego F. Lopez Cuevillas<sup>48</sup>. Posteriormente muitas outras referências se fizeram<sup>49</sup>, das quais a mais completa será a de Armando Coelho, quando os incluiu na lista da ourivesaria proto-histórica, na revisão que fez à sua 1ª edição da sua tese de doutoramento<sup>50</sup>.

Se nos abstrairmos dos materiais não cerâmicos – vidros, contas de pasta vítrea, um pequeno anel ou o cabo de uma faca que remata em cabeça de animal – há que destacar um vasto leque de fragmentos cerâmicos, na sua maioria de fabrico indígena, mas onde também há outros de importação, entre as quais avultam as ânforas e as sigillatas de fabrico sud-gálico e hispânico<sup>51</sup>. Algumas destas peças são interessantes do ponto de vista morfológico e até funcional, nomeadamente um pequeno recipiente, de corpo cilíndrico,

<sup>41</sup> O protocolo com esta universidade americana foi assinado em 10 de Julho de 2009 e renovado em 25 de Julho de 2013.

<sup>42</sup> Neste antigo museu encontrava-se depositada com o nº 5461 de inventário, a possível ombreira de porta descrita e publicada por Calo Lourido.

<sup>43</sup> CORTEZ, F. Russel, *Actividade Arqueológica em Portugal durante 1947*, in *Archivo Español de Arqueología*, Vol. XXI (72), Madrid, 1948, pág. 269-281.

<sup>44</sup> A Câmara Municipal de Vila do Conde comprou os torques, em 1995, ao Dr. João Rebelo de Carvalho pela quantia de 2000 contos.

<sup>45</sup> GONZÁLEZ GARCIA, Francisco Javier (Coord.), *Los Pueblos de la Galicia Céltica*, Editorial AKAL, Madrid, 2007, pág. 302.

<sup>46</sup> Pode ser também esse o caso dos capacetes e travessa com copos em bronze encontrados no castro de Castelo de Neiva.

<sup>47</sup> CORTEZ, F. Russel, *Actividade Arqueológica em Portugal durante 1947*, in *Archivo Español de Arqueología*, Vol. XXI (72), Madrid, 1948, nº 72.

<sup>48</sup> LÓPEZ CUEVILLAS, F., *Las Joyas Castreñas*, Madrid, 1951, pág. 38-40.

<sup>49</sup> LADRA, L., *Os torques de prata da Cidade de Bagunte*, in *Estudos Pré-históricos de Viseu*, Viseu, 2001, pág.111-112.

<sup>50</sup> SILVA, Armando Coelho Ferreira da, *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, 2ª edição, Paços de Ferreira, 2007, pág. 355-356, Est. CXII.

<sup>51</sup> ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, *A Romanização no Concelho de Vila do Conde*, in *Actas do Congresso Histórico Comemorativo dos 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio*, Guimarães, 1995, pág. 52-53.

que remata em bico e tem sinal de uma asa. Esta peça tem sido considerada como um cadinho<sup>52</sup>, mas é provável que seja um recipiente onde se recolham as limalhas usadas depois na metalurgia<sup>53</sup>.

Na sua quase totalidade, o espólio desta estação arqueológica está por estudar, tal como o estão as estruturas defensivas e habitacionais postas a descoberto nas campanhas dos séculos XIX e XX. Não há registos estratigráficos, desconhecemos se há algum diário de campo das campanhas de Russel Cortez e lutamos contra as agressões que a natureza e a incúria humana têm vindo a lançar sobre um povoado que mostra sinais de ter tido uma interessantíssima organização urbana interna. Em linhas gerais, em território de Brácaros, só há paralelos, para já, na citânia de Sanfins, na cidade Velha de Santa Luzia, em Alvarelos e mais remotamente em Briteiros e no Monte Mozinho. Nos restantes povoados, com alguma atividade arqueológica já registada, nomeadamente nos castros de Terroso, de São Lourenço, de Âncora, de Castelo de Neiva, etc., raras são as manifestações próximas ou afins a este tipo de ortogonalidade.

Ideia mais generalizada coloca a Cidade de Bagunte no interior de uma malha defensiva formada por três ordens de muralhas. Não sabemos se será esse o número exato e tão pouco se, as que são mais ou menos visíveis, são coevas umas das outras, ou se são o produto das reformulações e acrescentos que a área habitacional teve ao longo de mais de meio milénio de vida.

Tanto a planta topográfica elaborada em tempo de Russel Cortez como a mais recente<sup>54</sup>, da responsabilidade dos técnicos da Câmara Municipal de Vila do Conde, levanta-nos um série de dúvidas quanto à orientação das muralhas e estas, a serem-no, arrastam atrás si outras tantas incertezas. Por exemplo, como é que elas se articulam tendo orientações por vezes bem divergentes e noutros casos como é que se explica a presença de uma muralha de pedra, precisamente ao lado, de uma outra em terra, precedida de um talude e um fosso, largo e fundo, à distância de uma escassa dezena de metros. Provavelmente não são estruturas cronologicamente coevas, mas isso só poderá ser explicado através de uma intervenção arqueológica que procure radiografar esta e outras situações, que felizmente abundam em todo o povoado. Uma outra dúvida que nos persegue é sabermos até que ponto, a muralha mais exterior deste povoado, que está servida de um fosso, bem visível no caminho de acesso à acrópole, é coeva da outra, caso não seja a mesma, que presumivelmente circunda o espaço habitacional no ponto mais alto do habitat.

Apesar de não haver registos estratigráficos, as escavações levadas a efeito por F. Russel Cortez puseram a descoberto uma série de estruturas que permitem, apesar de algumas indefinições, estabelecer alguns parâmetros e tirar certas ilações.

A primeira está relacionada com o facto da área escavada da acrópole se situar no interior de uma muralha em pedra observável a quem chega vindo do sul. A segunda procura perceber a organização interna, com uma malha um pouco à maneira da citânia de Sanfins, assente num arruamento central (parcialmente escavado) que se ramifica, provavelmente num outro postado a poente, sendo que os dois são servidos, pelo menos por cinco arruamentos transversais, os quais servem de baliza a uma série de espaços sub-retangulares, aos quais poderemos apelidar de quarteirões ou bairros. Esta organização interna sugere a existência de unidades intermédias, de tipo unidades familiares, as quais, por sua vez, estariam subdivididas em unidades menores ou seja em núcleos familiares.

Em linhas gerais é isto que se observa do levantamento topográfico das estruturas descobertas e agora recentemente limpas e que passamos a analisar mais em pormenor, apesar de sabermos que nem todas as unidades descobertas terão o mesmo enquadramento cronológico. A apoiar há ainda as plantas elaboradas em 1948 pelo arqueólogo e que foram enviadas à DGEMN<sup>55</sup>.

<sup>52</sup> ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *Cerâmica Castreja*, in Revista de Guimarães, Vol. LXXXIV(1-4), Guimarães, 1974, pág. 171-197.

<sup>53</sup> SILVA, Armando Coelho Ferreira da, *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, 2ª edição, Paços de Ferreira, 2007, pág. 200 e Est. LVII,3.

<sup>54</sup> Em 1948 foi encomendada uma planta topográfica que um ano depois a Repartição do Património do Ministério das Finanças esperava que lhe fosse entregue para avançar com a zona de proteção. Possivelmente ainda nesse ano recebeu-a conjuntamente com outras onde estão representadas as estruturas então descobertas.

<sup>55</sup> O arquivo da antiga DGEMN possui um total de seis plantas da cidade de Bagunte.

Tendo em atenção os arruamentos transversais assinalamos quatro possíveis quarteirões ou bairros assinaladas pelas letras A, B, C e D, sendo que cada um está subdividido em núcleos familiares, reconhecidos pela numeração romana, enquanto os componentes de cada um, também o são através da numeração arábica.

De acordo com os elementos disponíveis, pode-se aventar a hipótese de todos os arruamentos serem empedrados. Nesse sentido apontam os vestígios assinalados na planta de 1948 elaborada por Russel Cortez<sup>56</sup>, do mesmo modo que ainda são visíveis em certas partes dos outros arruamentos após as limpezas e desobstruções mais recentes feitas no sítio.

## **QUARTEIRÃO/BAIRRO A**

Este conjunto está delimitado por três arruamentos, XP, X1 e X2 e encosta, ou quase, provavelmente, à muralha de pedra mais interior<sup>57</sup>. É para estes arruamentos que estão orientadas as poucas entradas conhecidas, nomeadamente a do núcleo I. Para além deste, seguindo a orientação dos muros divisórios e morfologia das diversas estruturas, conclui-se que este espaço estava repartido por mais que cinco núcleos, porque o II, face à vasta área vasta, que ocupa, está muito mal definido em termos de estruturas, sejam elas habitacionais ou não.

## **NÚCLEO I**

Está bastante bem definido e compreende cinco estruturas, todas em conexão com um pátio central que está empedrado, tal como a sua ligação à rua X1<sup>58</sup>. A estrutura principal é uma casa circular, de fábrica castreja, com porta orientada para o centro do pátio. Esta bem pode ser o resquício arquitetónico de um ordenamento anterior. Os restantes edifícios, todos eles já com a chancela romana, têm formas retangulares ou próximas e com as portas também orientadas para o pátio. Como não há registos estratigráficos não é fácil deduzir qual a funcionalidade de cada um no interior do núcleo, mas tomando como exemplo outros casos conhecidos, é provável as construções 1 e 2 sejam anexos de animais, reservando para a 4 e 5, as funções de celeiro, arrumos e outras funcionalidades próprias de uma casa que vivia da lavoura, dos produtos da floresta e da criação de animais, nomeadamente os ovino-caprinos.

## **NÚCLEO II**

Deste núcleo só conhecemos verdadeiramente o que resta de uma casa circular castreja que foi parcialmente incorporada na parede divisória do núcleo I. É possível que dele, também fizesse parte a estrutura 2, só que esta tem a entrada orientada para a rua X1, o que faz dela uma estrutura irracional em função destes dois núcleos familiares. Outra certeza, é que este núcleo – será seguramente mais do que um – tinha ligação através de portas com o I e também com o V.

## **NÚCLEO III**

Trata-se de outro espaço também ainda muito mal definido, pois dele só está cartografada uma estrutura sub-retangular encostada à linha divisória com o núcleo IV. Sabemos que é um espaço fechado com entrada provável para o arruamento transversal mais meridional ou seja, para o X1.

---

<sup>56</sup> Tais elementos estão bem presentes, por exemplo, no arruamento que agora classificamos como X2

<sup>57</sup> Atendendo à planta elaborada por Russel Cortez é provável que a balizar pelo lado poente haja um outro arruamento, mas que nas atuais circunstâncias não está visível.

<sup>58</sup> Nem todo o empedrado, fora e dentro dos núcleos está representado no levantamento topográfico mais recente. Aliás a planta que agora se apresenta possui muitos lapsos porque toda a área escavada por Russel Cortez precisa de uma reinterpretação com a finalidade de estabelecer uma ligação entre os muros que se encontram, por diversos motivos, interrompidos e entre estes as ligações entre si e com os arruamentos.

## **NÚCLEO IV**

Apesar das estruturas também estarem mal definidas e imperfeitamente representadas na atual planta, é possível perceber que possuía uma casa circular castreja, a qual resta uma pequena parcela e duas estruturas retangulares, de fábrica romana, de dimensão e funcionalidade, provavelmente distintas. O acesso a este núcleo far-se-ia a partir do arruamento transversal X2, como acontece, aliás, ao vizinho núcleo V.

Nota interessante é que a base da casa circular é integralmente feita em barro, desconhecendo nós como seria a parte restante.

## **NÚCLEO V**

Este núcleo tinha entrada para a rua X2 e tinha ligações com II. Do conjunto de estruturas que possuía resta parte de uma casa circular de técnica castreja e parte de uma outra, possivelmente um anexo, de forma quadrangular que faceava com a rua X2 e com o acesso à mesma. No atual estado da situação é muito difícil avançar com qualquer outro tipo de análise.

## **QUARTEIRÃO/BAIRRO B**

Este espaço está delimitado pelo arruamento central XP e pelos transversais X2 e X3. É possível, tal como acontece com o anterior, que este também estivesse balizado a poente por um novo arruamento, do qual há indícios, mas não certezas.

É um espaço ainda muito mal definido, sobretudo na parte voltada ao arruamento X3. Esta parcela ou ainda não foi escavada integralmente, ou então sofreu das muitas constrangimentos por que o castro já passou. Na atual situação tem quatro núcleos habitacionais bem definidos, mas estes devem crescer para cinco ou mesmo seis.

## **NÚCLEO I**

Este é um dos conjuntos habitacionais mais completos e também dos mais complexos, porque apresenta as incongruências típicas de um espaço que sofreu uma profunda remodelação mas não eliminou totalmente os resquícios da realidade anterior.

Compreende entre cinco a seis estruturas estrategicamente distribuídas em torno de um pátio central e num espaço delimitado e fechado por muros. A única entrada está orientada para a rua X2.

O edifício principal deste conjunto é uma antiga casa circular provida de vestíbulo ou caranguejo que foi integrada na nova ordem urbana com a remodelação urbanística que forneceu o modelo que chegou até nós. A acompanhar esta habitação há uma série de estruturas de tipologia sub-retangular (2, 3 e 4) que se alinham em redor do pátio que era integralmente empedrado, tal como outros espaços mais mortos, como aquele que se situa entre a casa castreja e a estrutura retangular nº 2. É, aliás, para este pátio que todas as entradas das diversas casas se orientam. Difícil de entender é o espaço nº 6, que parece ser o que resta de uma antiga casa circular, mas que não joga com a realidade do edifício nº 3, porque impede a comunicação entre o pátio e o espaço que lhe está adjacente. Realidade distinta é a comunicação que havia entre o pátio e as traseiras das casas 3 e 4, pois que entre elas havia um pequeno espaço de circulação.

## **NÚCLEO II**

Este espaço, também com entrada garantida para o arruamento X2, compreende quatro estruturas habitacionais (1, 2, 3 e 4) todas elas de planta sub-retangular. Estão também todas orientadas para um espaço central o qual, de acordo com o levantamento de Russel Cortez, também estava empedrado<sup>59</sup>.

---

<sup>59</sup> A manta morta que ali se criou posteriormente à intervenção dos anos 40 do século passado não foi retirada e impediu que tenha sido representada na planta atual.

### **NÚCLEO III**

Este núcleo, que tem como limites balizadores as ruas XP e a X2, é um dos mais difíceis de analisar porque só tem visíveis duas casas circulares e restos de uma construção que parece ser retangular. A parte restante ou não foi ainda escavada, ou foi uma das parcelas que foi fortemente violada no período pós-escavação. A esta realidade acresce ainda o facto de uma das casas, a nº 1, ter a base feita em barro, à imagem de uma outra que pertence ao Núcleo IV do Quarteirão A.

### **NÚCLEO IV**

Na sua presente composição este núcleo é formado por três estruturas, sendo que a 1 é uma casa circular, a 2 oblonga com restos de um caranguejo e a 3 um espaço retangular. A entrada do núcleo dá diretamente para o arruamento X3, enquanto a das estruturas convergia para um pátio comum.

### **QUARTEIRÃO/BAIRRO C**

Este é um dos espaços da acrópole que está manifestamente incompleto no que diz respeito à escavação. Situado entre as ruas X3, X4 e a XP, só o sector que tem por baliza o arruamento principal é que pode ser verdadeiramente analisado, percebendo-se que está dividido, pelo menos em três núcleos.

### **NÚCLEO I**

Ao invés do que é visível na área escavada deste povoado, este núcleo tinha a sua área coletiva logo na entrada da rua X3, estando por isso mesmo adjacente a ela. Em redor dele havia quatro compartimentos sub-retangulares, sendo duvidoso que o nº 5 fizesse parte dele, porque a planta que Russel Cortez fez, mostra que o espaço entre a construção 1 e a 5 era lajeado e que seria uma ligação entre a rua e um outro núcleo situada mais atrás e que é o III.

### **NÚCLEO II**

Ainda que imperfeitamente indefinido, este núcleo, que tinha entrada garantida pela rua X4, era constituído por duas casas de características castrejas e talvez por dois ou três compartimentos de tendência retangular romana. Uma das casas castrejas, a 1, de forma circular, tem restos de um caranguejo, tal como também o tem a 2, que possui uma forma oblonga imperfeita. Em qualquer dos casos, todas as estruturas estavam orientadas para um pátio central, também ele empedrado.

### **NÚCLEO III**

Este núcleo, como já vimos, tinha uma ligação direta com a rua X3 e estava balizado, pelo lado nascente, com um muro que o separava do II. Dele pouco sabemos à exceção de que tinha, pelo menos uma casa circular, a 1.

### **QUARTEIRÃO/BAIRRO D**

Entre as ruas X4 e X5, mais a XP como balizamento oriental, há um conjunto de estruturas de formato retangular<sup>60</sup>, dispostas lateralmente em função de uma larga rua, interna, lajeada, para a qual todas as construções têm as suas portas orientadas.

---

<sup>60</sup> Não estão representadas na planta de Russel Cortez. A remoção da enorme carga de detritos que se foram acumulando nos últimos anos sobre a área das antigas escavações não permitiu ainda que a limpeza fosse total de modo a permitir registar todas as estruturas aí existentes.

Não sabemos verdadeiramente qual a função destas estruturas, mas tudo aponta para que não seja uma área habitacional. Olhando para o seu perfil e para estruturas congéneres de outras estações, inclinamo-nos mais para que seja uma área de serviços, construída já no decorrer do baixo-império, quando alguns destes povoados adaptaram certas áreas, antes residenciais, em olarias, ferrarias, carpintarias, etc.

## CRONOLOGIA

Sem estratigrafias e sem materiais arqueológicos dispostos em camadas credíveis, torna-se muito difícil apontar uma cronologia aceitável para as populações que usaram durante séculos este sítio.

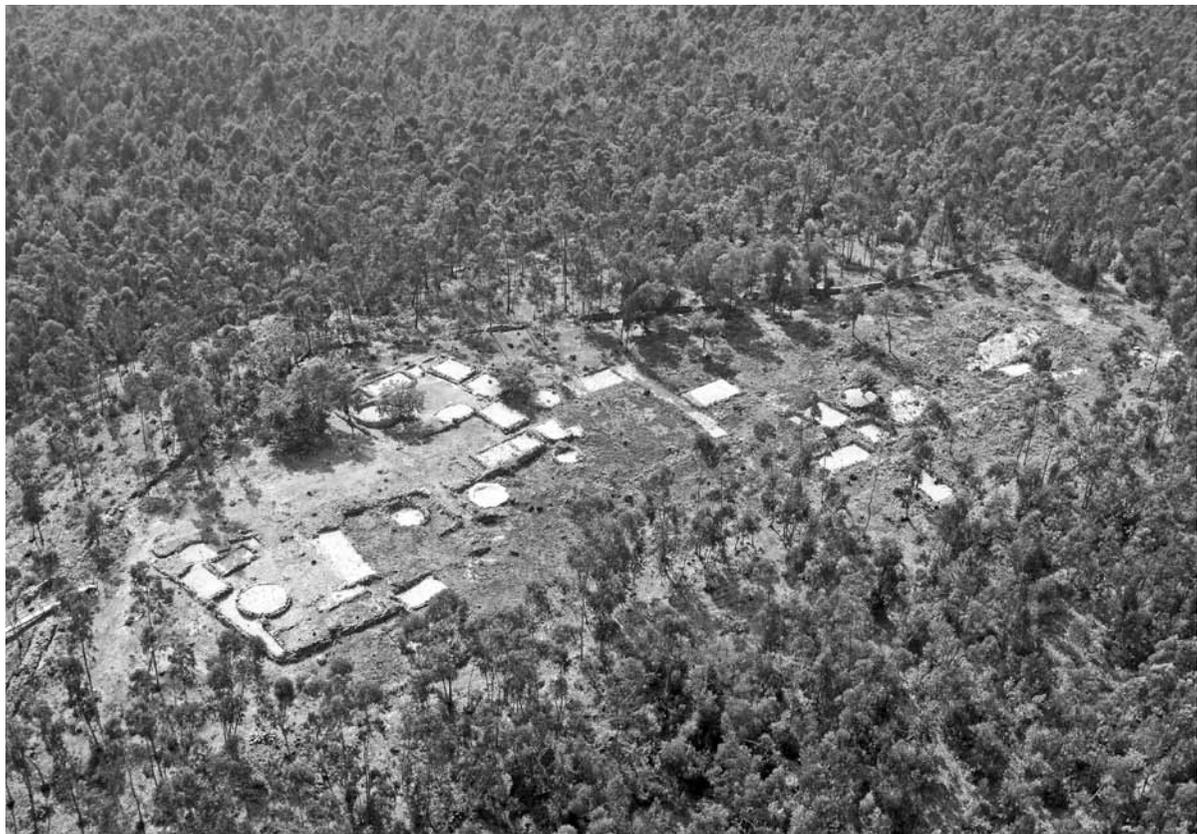
Os materiais arqueológicos, quase todos provenientes das camadas mais superficiais, apontam para uma cronologia que se situa entre o período La Tène e o fim do Império. O grosso do material situa-se entre o século I a.C. e o II, mas a reorganização urbanística do castro, essa deve ter ocorrido já no período imperial, provavelmente na segunda metade do século I, possivelmente já debaixo da liderança da dinastia Flávia. Esta situação, a ter acontecido assim, não invalida que a vida no castro tenha acontecido muito antes e que depois tenha perdurado muito para lá da falência da cultura Castreja. Não faltam exemplos de povoados, com o Monte Mozinho, o castro de São Lourenço e o castro de Castelo de Neiva à cabeça, onde no século IV se conhecem revitalizações da vida urbana, em muitos casos tornados prestadores de serviços daqueles que tinham optado por descer para a planície quando os efeitos da romanização se começaram a fazer sentir na *Gallaecia* meridional.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, *A Romanização no Concelho de Vila do Conde*, in Actas do Congresso Histórico Comemorativo dos 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio, Guimarães, 1995.
- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *Cerâmica Castreja*, in Revista de Guimarães, Vol. LXXXIV(1-4), Guimarães, 1974.
- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho*, trabalhos complementar de dissertação de provas de doutoramento, policopiado, Porto, 1978.
- CALO LOURIDO, Francisco – *A Plástica da Cultura Castrexa Galego-Portuguesa, Vol. I, Museo de Pontevedra, Pontevedra, 1994.*
- CAPELA, José Viriato et alii, *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, 2009.
- CORTEZ, F. Russel, *Actividade Arqueológica em Portugal durante 1947*, in Archivo Español de Arqueologia, Vol. XXI (72), Madrid, 1948.
- COSTA, P.e Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, T. I, Lisboa, 1706.
- FORTES, José T. R - *A estação archeológica d'Alvarelos*, Typografia Central, Porto, 1899.
- GOMES, José Manuel Flores; CARNEIRO, Deolinda, *Subtus Montis Terroso*, Póvoa de Varzim, 2005.
- GONZÁLEZ GARCIA, Francisco Javier (Coord.), *Los Pueblos de la Galicia Céltica*, Editorial AKAL, Madrid, 2007.
- LADRA, L., *Os torques de prata da Cidade de Bagunte*, in Estudos Pré-históricos de Viseu, Viseu, 2001.
- LEAL, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Vol.1, Lisboa, 1873.
- LÓPEZ CUEVILLAS, F., *Las Joyas Castreñas*, Madrid, 1951.
- SARMENTO, F. Martins, *Antiqua, Apontamentos de Arqueologia*, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 1999.
- SEVERO, Ricardo; CARDOSO, Artur, *Notícia Arqueológica sobre o Monte da Cidade*, in Revista de Guimarães, Vol. III, Guimarães, 1886.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da, *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, 2ª edição, Paços de Ferreira, 2007.
- VASCONCELOS, J. Leite de, *Extractos da correspondência de F. Martins Sarmento (1881-1883)*, in O Archeólogo Português, Vol. VI (1-2), Lisboa, 1885.



**Fig. 1** – Planta da Cividade de Bagunte.



**Fig. 2** – Imagem área da Cividade de Bagunte.